

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.829 - RS (2019/0294929-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : CRISTIANE PRETTO - RS057069
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RAFAEL MACHADO PEDROSO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de RAFAEL MACHADO PEDROSO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Agravado em Execução n. 0110988-20.2019.8.21.7000).

Depreende-se dos autos que o Juízo das Execuções Penais indeferiu o pedido de livramento condicional, aduzindo que não estava presente o requisito subjetivo para a concessão do benefício.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução no TJRS, que negou provimento ao recurso em *decisum* assim ementado (e-STJ fl. 85):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBOS. LIVRAMENTO CONDICIONAL CUJA CONCESSÃO É INVIÁVEL NESTE MOMENTO.

A nova redação dada ao Art. 112 d d Lei de Execução Penal pela Lei n 10.792/03, ao afastar dos requisitos legais a necessidade de exame criminológico poro a análise dos pedidos de progressão de regime e livramento condicional, não vedou a possibilidade de o julgador utilizar outros meios de prova para balizar seu convencimento. Evidenciado, à luz de seu histórico carcerário, que o apenado ainda não apresenta condições de ser reinserido em convívio social mais amplo, é imperativa a manutenção da decisão que indeferiu o pedido de livramento condicional. RECURSO A que SE NEGA PROVIMENTO.

Superior Tribunal de Justiça

No presente *writ*, a Defensoria Pública alega que o paciente, em 8/7/2016, satisfaz o requisito objetivo necessário à concessão de livramento condicional.

Aduz "que a redação do art. 112, §2º, da LEP, trazida pela Lei n. 10.792/03, está adstrita apenas a dois requisitos: objetivo e subjetivo e que o histórico de faltas registrada durante a execução da pena não pode ser um empecilho para a concessão do benefício", sobretudo porque, ao obter conduta como plenamente satisfatória, significa que as possíveis faltas já foram consideradas, além de que não existe punição perpétua por conta das infrações.

Requer, nesse sentido, liminarmente, a suspensão do acórdão impugnado até o julgamento do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para cassar o referido *decisum*, conforme fundamentação expendida.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Dessa forma, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos.

Ademais, a medida antecipatória postulada praticamente confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruído o feito, dispenso as informações de

Superior Tribunal de Justiça

praxe.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

